

Ceci n'est pas une pipe: a dimensão performativa da argumentação

Entrevista concedida por Rui Alexandre Grácio

Docente da Universidade de Aveiro, Portugal
orcid.org/0000-0002-6291-6925

Entrevistador: Rubens Damasceno-Morais

Docente da Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil
orcid.org/0000-0001-6245-6394

A Revista de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação – EID&A – convidou para uma conversa o professor Rui Alexandre Grácio, autor de diversas obras dedicadas aos estudos da retórica, da argumentação e do discurso. Rui Grácio, além de inventivo e inquieto questionador e pensador, é ainda filósofo de formação, ensaísta, tradutor, editor, resenhista, poeta, compositor. Uma das bandeiras desse autor é convocar a incerteza para o foco de discussão, não só em nossa vida cotidiana, como no próprio ensino da argumentação, tema bastante explorado por ele. É o que podemos conferir nesta entrevista.

Palavras-chave: Argumentação. Retórica. Discurso.

Ceci n'est pas une pipe: la dimensión performativa de la argumentación

La Revista de Estudios Integrados en Discurso y Argumentación -EID&A- invitó al profesor Rui Alexandre Grácio, autor de varios trabajos dedicados a los estudios de retórica, argumentación y discurso, para una conversación. Rui Grácio, además de ingenioso e inquieto interrogador y pensador, es también filósofo de formación, ensayista, traductor, editor, crítico, poeta, compositor. Uno de los estandartes de este autor es convocar la incertidumbre al foco de la discusión, no solo en nuestra vida cotidiana, sino también en la enseñanza de la argumentación misma, tema que exploró ampliamente. Eso es lo que podemos ver en esta entrevista.

Palabras clave: Argumentación. Retórica. Discurso.

Ceci n'est pas une pipe: the performative dimension of argumentation

The Journal of Integrated Studies in Discourse and Argumentation – EID&A – invited Professor Rui Alexandre Grácio, author of several works dedicated to the studies of Rhetoric, Argumentation, and Discourse, for a conversation. Rui Grácio, in addition to being an inventive and restless questioner and thinker, is also a philosopher by training, essayist, translator, editor, reviewer, poet, composer. One of this author's banners is to summon uncertainty to the focus of the discussion, not only in our daily life but also in the teaching of argumentation itself, a theme that he explored extensively. That's what we can see in this interview.

Keywords: Argumentation. Rhetoric. Discourse.



Introdução

A Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação – EID&A convidou para uma conversa o professor Rui Grácio, o qual tem publicadas diversas obras dedicadas aos estudos da retórica e da argumentação. Rui Grácio, além de inventivo e inquieto questionador e pensador, é ainda filósofo de formação, ensaísta, tradutor, editor, resenhista, poeta nas horas vagas (ou seria o contrário?), compositor e, para não nos alongarmos, um provocador de carteirinha, o que, imaginamos, traduz-se como um elogio para quem lida com a incerteza e foge dos quadrados lógicos que nos enquadram. Não por acaso, uma das bandeiras desse autor é, justamente, convocar a *incerteza* para o foco de discussão, não só em nossa vida cotidiana, como no próprio ensino da argumentação, tema bastante explorado por ele.

Nesse sentido, ao propalar a incerteza como uma ética para “desdogmatizar o conceito de certeza” (GRÁCIO, 2019, p. 7), Rui Grácio busca “fecundar o aberto da interrogação” (2019, p. 8), deixando claro, em um de seus trabalhos mais recentes, que:

No meu entendimento, “argumentação” não pode ser identificada com os procedimentos de elucidar e aferir os processos de compreensão e de interpretação, nem com a procura partilhada de uma conclusão certa e evidente. Ela identifica-se, antes, com a confrontação de posições que devem ter ficado explícitas, compreendidas e bem interpretadas, mas que não podem ser provadas no registro da certeza lógica, dado serem fruto de escolhas, opções e escalas de valores que confluem no posicionamento do argumentador (GRÁCIO, 2020, p. 116)

Nesse flerte com as proposições da Nova Retórica, Grácio defende uma *imagem argumentativa do pensamento*, o que, trocando em miúdos, é uma maneira de se colocar entre o arbitrário e o necessário, numa espécie de “eros teleológico”, como ele mesmo defende. A partir dessa visão imagética do pensamento, sustenta que precisamos conviver com a alteridade, de forma plural, de forma tolerante, percebendo a argumentação como facilitadora da existência humana. Segundo o autor, ainda, “a argumentação, mais do que uma arte da palavra, é uma arte de ouvir, uma arte da hospitalidade voltada para a coexistência” (GRÁCIO, 2019, p. 29), considerando-se que “os argumentos não estão nas proposições, mas nas pessoas” (2019, p. 6), eis o seu lema.

Para o autor, assentir (ou não) está ligado à plasticidade das nossas margens de tolerância, à nossa capacidade de lidar com as diferenças e à gestão da conflitualidade latente que atravessa relações humanas. Isso porque, afirma ele, “argumentamos quando temos de lidar com o multidimensional, o múltiplo, o complexo” (GRÁCIO, 2020, p. 61). E isso, acreditamos, inclui toda a complexidade de nossa vida cotidiana, todo o peso de uma crise pandêmica mundial, todas as idiosincrasias de nossas

individualidades como habitantes de coletividades prenes de valores díspares, polarizados e, muitas vezes, absolutamente incompatíveis, o que, para além do *deep disagreement*, leva à argumentação *ad baculum*, isto é, a manifestação da violência física, muitas vezes letal.

Ao enfatizar a importância da bilateralidade em sua maneira de conceber a argumentação, Grácio elege a categoria “assunto” como unidade de análise e tematiza isso em seus vários trabalhos (livros, artigos, ensaios etc.). Para ele, argumentação não tem a ver com proposições, mas com “assuntos em questão” e efeitos de coexistência. Para tudo resumir, segundo o autor os raciocínios são apenas a ponta do *iceberg* da argumentação, por isso precisamos buscar o assunto em questão para bem compreendermos o que se passa nas interações argumentativas. Em outros termos:

O assunto em questão [é] a unidade mais apropriada para a compreensão da dinâmica das argumentações: trata-se de um conceito que atribui centralidade à interrogatividade, à diferença de perspectivas e à tentativa de lidar com dissensões (GRÁCIO, 2019, p. 32).

Nesse sentido, na concepção de Grácio, a condição *sine qua non* para que efetivamente possamos identificar uma situação de argumentação é a polarização de dois discursos em torno de um assunto em questão, o que leva à *dimensão performativa* de sua visão assumidamente interacionista do ato de argumentar.

Isso posto, temos que o foco do autor desloca-se de uma dimensão menos essencialista para uma mais empírica na forma de compreender a argumentação. Desse modo, ao enfatizar e defender a performance argumentativa em detrimento da análise, Grácio elege a interação como *locus* privilegiado, em que a interação é centro de tudo e onde, ainda segundo o autor, encontram-se a troca de turnos, a dissensão, tematização de um assunto em questão e a perspectivação de discursos.

Assumidamente leitor de Chaïm Perelman, Henry Johnstone Jr., Wayne Brockriede, James Crosswhite, Charles Arthur Willard, Jean Goodwin, Christian Plantin, Marc Angenot e Michel Meyer, Rui Grácio responde a algumas questões na entrevista que ora apresentamos, sem cortes e em português europeu, legando aos leitores da EID&A um pouco de suas reflexões e, sobretudo, inquietações.

EID&A: O senhor afirma que a argumentação está *na* interação. E fora dali, não há argumentação?

Grácio: A designação “a argumentação na interação”, com a qual nomeei a perspectiva teórica que procurei desenvolver, tem antecedentes vários para os quais importa olhar.

Em primeiro lugar, utilizei o modo de colocar a questão que Wayne Brockriede apresentou num artigo intitulado “Onde está a argumentação?”: em vez da pergunta “o que é?”, temos a pergunta “onde está?”, ou, poderíamos dizer também, “quando acontece um episódio de argumentação?”. Com esta formulação o foco desloca-se para uma dimensão menos essencialista para uma mais empírica. Por outro lado, ainda que no referido artigo não teorizasse explicitamente uma visão bilateral da argumentação, Brockriede abria já para a valorização do confronto entre, pelo menos, dois argumentadores. Daqui ficou a ideia de que o confronto, a dissonância ou a oposição, explícita e atribuível a pessoas concretas, era fundamental para se ler um episódio de comunicação como uma argumentação.

Em segundo lugar, os excelentes trabalhos de Charles Arthur Willard sobre a argumentação, nomeadamente os livros *Argumentation and the Social Grounds of Knowledge*, de 1983 e *A Theory of Argumentation*, de 1989, apresentaram uma visão assumidamente interacionista da argumentação, balizando-a nas seguintes assunções metadiscursivas: “uma argumentação é um encontro social construído sobre as seguintes mínimas: eu assumo que nós discordamos; eu assumo que tu assumes que nós discordamos; eu assumo que estou a argumentar e que tu concordas que eu estou a argumentar; tu assumes que estás a argumentar e que eu concordo que estás a argumentar. Estas são assunções metadiscursivas que são independentes do assunto em causa” (WILLARD, 1989, p. 53). Neste sentido, e enfatizando também a dimensão empírica, Willard afirmava que o que interessa aos estudos da argumentação é ver o que é que as pessoas fazem quando assumem que estão a argumentar, sendo a argumentação vista como uma atividade conjunta. Aliás, talvez porque na tradição norte-americana dos estudos da argumentação nunca tenha havido tendência para a dissociação entre argumentação e retórica, havendo nela, por outro lado, uma valorização do debate, filósofos como Henry Johnstone Jr. ou Maurice Natanson, sempre enfatizaram a importância da bilateralidade no seu modo de conceber a argumentação.

Em terceiro lugar, e agora na Europa, surgiram duas concepções que fizeram e fazem caminho e que se definiram também a partir da pergunta “onde está a argumentação?”.

É assim que Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre propuseram a teoria da “argumentação na língua” e Ruth Amossy a teoria da “argumentação no discurso”. A primeira, assumidamente restrita, centrou-se no plano do funcionamento da língua enfatizando a noção de “orientação”. Designou por isso argumentação à sequência para que aponta o encadeamento de enunciados, chamando a atenção para o papel fundamental que aí desempenham os “encadeadores”, ou seja, os conectores linguísticos. Sem poder referir aqui os diversos desenvolvimentos desta perspectiva teórica, o que importa salientar é que a argumentação, longe de estar associada à noção de persuasão (ela não é retórica, mas linguística), é definida pelo ato de direcionar o sentido inerente ao funcionamento da língua.

Esta teoria, sendo sem dúvida pertinente para entender como o uso da língua produz efeitos de orientação, não fala, contudo, nem de argumentadores, nem de interação entre argumentadores, atendo-se ao mero plano dos enunciados. Ora isso pareceu-me ser francamente insuficiente, o que me levou a proceder a uma distinção entre *argumentatividade* e *argumentação*, a primeira centrada nos mecanismos de orientação de sentido e a segunda centrada no confronto entre argumentadores.

A segunda teoria, a da argumentação “no discurso” de Ruth Amossy, integrou a argumentação num nível mais amplo e aberto que o do funcionamento da língua, voltando-lhe a conferir uma identidade retórica. Mas conservou da teoria da argumentação na língua a categoria central de “orientação”, agora tematizada com recurso a Jean-Blaise Grize e à sua ideia de “esquematisação”, de “dar a ver” e enquadrada na problemática dos efeitos do discurso. Distinguiu, ainda, entre “dimensão argumentativa” e “visada argumentativa” do discurso para diferenciar os discursos nos quais a dimensão persuasiva não é explícita daqueles em que o é. Além do mais, recorreu à categoria do dialogismo para defender a tese de que o discurso é inerentemente argumentativo porque, no fundo, ele remete sempre para a categoria de diálogo, mesmo que sem interlocutores reais e apenas implícitos. Dessa forma, no discurso podemos assinalar confrontos virtuais, o que permite, de algum modo, retomar a ideia de oposição e de confronto. No entanto – há que convir – diálogo virtual e diálogo real são coisas diferentes.

Em quarto lugar, e ciente de que era importante não deixarmos de fora as interações reais que incluem a alternância de turnos de palavra, Christian Plantin – na sequência das pertinentes observações da Catherine Kerbrat-Orecchioni sobre o assunto – propôs distinguir o dialógico do dialogal, procurando com este último termo contemplar a articulação entre discursos contraditórios. Com isto, recuperou a ideia das situações de argumentação no mínimo diádicas, ainda que considere que a argumentação está também presente em discursos monológicos, monologais, dialógicos e dialogais.

É por referência a este quadro, aqui traçado a passos largos, que propus a ideia de que a argumentação está na interação, caracterizando esta pelos seguintes aspetos:

1. Comporta turnos de palavra;
2. É polarizada num assunto em questão que surge a partir de uma dissensão explícita e assumida (o assunto em questão é o seu denominador comum);
3. Implica que as partes tematizem o assunto em questão, assumam uma perspectiva e a confrontem com o discurso do outro.

Deste modo, um episódio de argumentação emerge quando se dá um choque de discursos (o que acontece quando um discurso é confrontado por um contradiscurso) e quando desse choque emerge um polo, ou questão argumentativa em torno da qual os argumentadores interagem. Nesse sentido são particularmente interessantes as três primeiras fases (e a sua sequência) propostas pela pragmadialética para descrever as argumentações: a fase do confronto, a fase da abertura e a fase da argumentação. Poderíamos dizer também, o momento em que se regista uma divergência, o momento em que essa divergência leva a estabelecer uma questão argumentativa e o momento em que os argumentadores tematizam e adensam a sua perspectiva sobre o assunto em questão (eventualmente com a apresentação de novos considerandos, pois os

assuntos são sempre susceptíveis de serem vistos de vários ângulos, sendo, na verdade, potencialmente multidimensionais).

Voltando agora à questão inicial, a posição teórica que sustento é a do primado da relação (“são preciso dois para dançar o tango”), a existência real e explícita de posições dissonantes, a polarização num assunto em questão e o desenrolar da confrontação das perspectivas e posições dos argumentadores. Se a argumentação existe fora da interação? Tal como a concebo, não. Ela implica troca. Aliás, como Marc Angenot, mas também Marianne Doury questionaram, será que um diálogo de surdos ou um debate imóvel é uma argumentação? Será que a presença de discursos sem articulação num denominador comum e sem ser partilhado em termos de interesse e interação é argumentação?

Se, por um lado, concedo que podemos falar numa imagem argumentativa do pensamento, na medida em considero que pensar é lidar com a possibilidade do alternativo, reservo, contudo, o termo argumentação para situações em que os turnos de palavra explicitamente se organizam em torno de um assunto em questão, sendo por isso cruciais, quer a noção de “assunto”, quer a noção de “em questão”, que aqui não posso aprofundar. No entanto, insisto em dizer que a questão argumentativa não é uma questão que se pode colocar, mas o denominador comum de uma dissensão. Não é o discutível ou o questionável mas, sim, o efetivamente discutido e questionado (numa discussão que requer pelo menos dois argumentadores), aquilo que nos fornece a base empírica para identificarmos uma situação, ou um episódio, como sendo “argumentação”.

Sim, a argumentação não está, nesse sentido, nem na língua, nem no discurso, mesmo que se trate de um discurso argumentado, mas sim na interação e no que dela possa resultar. Ela implica a colocação partilhada de um assunto sob o aberto do questionamento (sob uma certa suspensividade do certo e do evidente, acionada pela utilização do modo interrogativo) e sob a possibilidade do desenvolvimento de respostas em confronto de posições. É claro que é sempre possível recusar partilhar uma questão, principalmente quando se quer fazer passar a resposta que se pretende. É bom não esquecer que, sendo contrapartes na comunicação, elas têm incidências diferentes: a retórica naturaliza a resposta pelo prisma da solução; a argumentação desperta o problema pela via do alternativo.

EID&A: Seria possível exemplificar o que o senhor considera uma interação *efetivamente* argumentativa?

Grácio: A apropriação dos estudos da argumentação pela análise do discurso tende a não enfatizar o papel da escuta e da fala a partir do discurso do outro. Ora, para mim, o dizer, o ouvir e o contradizer são todos essenciais nas situações de argumentação.

Estão os interlocutores a falar do mesmo? Estão focados no assunto a debater ou abordar, escutam-se reciprocamente ou cada um discorre como se o outro não estivesse presente?

Todos temos certamente experiência de interações que nada adiantam sobre o assunto em questão e também experiência de debates foram muito enriquecedores e

esclarecedores. Todos temos experiência de interações que evitam o confronto e de outras que não só o assumem explicitamente como o procuram adensar e aprofundar.

Pela minha parte, considero que uma interação é efetivamente uma situação de argumentação não só quando não se renuncia a abordar o assunto sob o modo do “em questão” como se tem a coragem de aprofundar as dissensões tomando em consideração as perspectivas, propostas e razões da outra parte. Esses são para mim os requisitos da adequação descritiva, aquilo que me permite “localizar” uma argumentação se vir uma, nunca deixando de ter presente duas considerações: a primeira é a de que o fenômeno da argumentação é uma subespécie de comunicação e, por isso, indissociável da retórica; a segunda é a de que os episódios de argumentação podem ter uma extensão muito diversa, ficando-se alguns pela fase do confronto e prolongando-se outros no desfilar de argumentos e contra-argumentos na fase da argumentação.

A isto acresce que é preciso estar atento às metamorfoses do assunto enquanto unidade semiótica em torno da qual se organizam as intervenções: manter o foco no assunto não é uma disciplina fácil de concretizar e alguns teóricos fazem mesmo constar a “fuga ao assunto” na listagem das falácias. Com efeito, ter em consideração a “unidade da intenção global (o problema) que organiza o campo do intercâmbio” (como escreveu Christian Plantin), é algo de fundamental para que as argumentações e as suas análises não acabem por deslaçar, perder a sua especificidade e diluírem-se na análise do discurso. Assim, uma condição *sine qua non* para que efetivamente possamos identificar uma situação de argumentação é a polarização de dois discursos em torno de um assunto em questão. Exemplificando de um modo simples:

- AQ: Vale a pena fazer cimeiras para alterar o curso das alterações climática?
- P1 – Não me parece. Já foram realizadas uma série de cimeiras e nunca se conseguiu qualquer avanço real e substancial. Há demasiados interesses em jogo.
- P2 – Penso que sim. Não podemos deixar de tentar encontrar outro rumo, pois já percebemos todos que é uma questão de sobrevivência.

EID&A: O senhor poderia elencar três características basilares de um texto argumentativo, a partir de sua ótica enquanto filósofo e estudioso da argumentação?

Grácio: O texto argumentativo é, na minha perspectiva, um discurso argumentado. Caracteriza-se pelos seguintes aspetos:

1. circunscreve um foco de incidência, ou seja, refere-se e procura balizar-se “aquilo de que se trata”;
2. coloca esse assunto sobre o signo do problemático, apontando para “o que está em questão”;
3. tematiza o assunto, seleccionando um conjunto de considerandos tidos por relevantes e que apontam para uma (a do autor) via de abordagem em detrimento de outras;
4. Procura justificar a escolha por esse modo de ver e de se posicionar.

Temos assim:

1. Movimentos que contribuem para a especificação do assunto e para os termos da sua focalização (o que faz parte do assunto e o que não faz, o que lhe diz respeito e o que não lhe diz respeito). Dos movimentos que especificam o assunto e salientam o que é relevante e pertinente fazem parte a formulação (explícita ou implícita) de perguntas, interrogações ou problemas como forma de organizar o assunto em questão.
2. A selecção de considerandos relevantes que organizam e desenvolvem o tema. Esta selecção define a perspectiva do autor, pois revela aquilo que ele valoriza e aquilo que desvaloriza.
3. A apresentação de dados relacionados com a tematização e que funcionam como argumentos que reforçam a posição.
4. A enunciação da posição relativamente ao assunto em questão.

Quando conseguimos vislumbrar todos estes elementos podemos dizer que estamos perante um discurso argumentado:

- percebemos de que assunto o discurso fala;
- com que questão se debate ou de que problema se trata;
- qual a perspectiva a partir do qual é tematizado;
- qual a posição do argumentador;
- através de que recursos e argumentos é reforçada a posição.

EID&A: O senhor afirma que é preciso evitar o “pan-argumentativismo” nos estudos da argumentação. Como é possível falar de argumentação sem cair em tal “cilada”?

Grácio: A distinção entre argumentatividade e argumentação, tal como a diferenciação entre discurso argumentado e interação argumentativa são essenciais para responder a esta questão.

A noção de “pan-argumentativismo” foi construída a partir das reflexões que fiz sobre uma ideia que Jean-Blaise Grize enunciou com a maior nitidez: “comunicar as suas ideias a alguém é sempre, pouco ou muito, argumentar” (Grize, 1997, p. 9), conceito que foi retomado, à sua maneira, por Ruth Amossy. Esta ideia é uma moeda de duas faces: por um lado, permite tornar omnipresente a leitura argumentativa em qualquer processo de comunicação, pois faz da argumentação um *a priori* da comunicação, ou, no caso de Amossy, do discurso.

Mas, no reverso desta moeda, está uma dificuldade definicional: se podemos ler qualquer comunicação como uma argumentação, será que de facto as pessoas estão sempre a argumentar e se veem como estando envolvidas numa argumentação? Diversos estudos e estudiosos apontam para a ideia de que, em termos empíricos, as pessoas não conotam o ato de comunicar com o de argumentar.

Mais: atribuem e reconhecem especificidades ao que seja estar numa situação de argumentação e utilizam a palavra “argumentar” para uma atividade específica. Ora é essa especificidade que se perde quando se assume uma posição pan-argumentativista. Por isso insisti em desconstruir a ideia vulgarizada de que “falar é argumentar”, concedendo que se podemos assinalar uma onnipresença da argumentatividade quando nos centramos nas questões da leitura do “modo de dar a ver” e da direção ou orientação de sentido, devemos contudo reservar a palavra “argumentação” para situações de confronto explícito em torno de um assunto em questão. Não permitirá esta distinção aproximar a teorização da argumentação de uma dimensão mais consonante com a empiria e com as representações comuns do argumentar?

Em suma, se quisermos evitar a “cilada” do pan-argumentativismo, temos de saber diferenciar os planos da comunicação e do discurso, do plano da argumentação, atribuindo especificidade a este último e promovendo a sua adequação descritiva. Neste caso, e como comecei por dizer, a distinção entre argumentatividade, discurso argumentado e argumentação interativa (bi ou multilateral) é essencial.

Assim, uma forma de escapar à “cilada” é a de começar por identificar situações de argumentação a partir das existências de um contradiscurso, não a partir do mero discurso argumentado. Como Michael Gilbert (1997, pp. 104-105) colocou: “um comercial televisivo, por exemplo, envolve a transferência de informação num sentido único, portanto a sua consideração como uma argumentação depende de permitirmos a unilateralidade. Na medida em que as trocas envolvem normalmente duas partes, cada uma das quais recebe e dá algo, um comercial não será uma argumentação”. E, no entanto, quem negará que há argumentos num comercial televisivo e que podemos analisá-lo em termos argumentativos? Há muita comunicação para além das situações de argumentação em interação.

EID&A: Em seus trabalhos o senhor enfatiza a importância de se *tematizar* um “assunto em questão”. Como se tematiza um assunto em questão e, ainda, como tornar os argumentadores conscientes do processo de tematização?

Grácio: Em primeiro lugar, convoco a noção de “assunto” porque a ela está geralmente associada a existência possível de várias perspectivas. Ora, podemos perguntar: de onde vem uma tal variedade? Ela surge porque múltiplos caminhos podem ser tomados para desenhar uma perspectiva sobre um assunto em questão. Aliás, a minha metáfora preferida para as trocas argumentativas é a do caminho, da escolha de caminhos. E tematizar é isso mesmo: convocar o que se afigura relevante, tecer as considerandos definidores da nossa direção e ir caminhado nesse caminho.

Ora, o que acontece nas argumentações é, por um lado, que os argumentadores seguem certos caminhos e não outros (por exemplo, valorizam isto e não aquilo) e, por outro, a posição de confronto em que se encontram obriga-os a responder e a aprofundar esses caminhos tomados. Os argumentos surgem geralmente no decorrer da tematização que lhes serve de enquadramento e que eles reforçam. O processo de

tematização está muito próximo da *inventio* retórica e relaciona-se sem dúvida com o processo de composição discursiva.

No fundo tematizar é apresentar de um modo organizado uma forma de pensar e de ver algo que se focalizou (mutidimensionalmente, muitas vezes, havendo que articular considerandos de diversa ordem e estabelecer entre eles hierarquias). Essa tematização comporta opções (conscientes ou inconscientes) e Perelman mostrou a importância dos procedimentos de ligação e de dissociação de noções. Que são eles senão procedimentos para “brincar” num quadro unitário (polarizador) uma configuração específica?

Por exemplo, se o assunto é “alegria”, uns poderão ligar a alegria ao amor, outros ao bem-estar, outros ainda à saúde e por aí em diante. Tudo isso são caminhos através dos quais tematizamos e perspectivamos os assuntos, hierarquizando, salientando e valorizando certos aspectos e filtrando ou desvalorizando outros que não nos parecem relevantes. Um fenómeno que ocorre frequentemente é lançarmos mão de lugares comuns para tematizarmos assuntos.

Quanto à segunda pergunta, ela é de facto muito pertinente e penso que tem a ver com um dos propósitos essenciais do ensino da argumentação tal como o encaro: o de promover uma imagem argumentativa do pensamento e dar a compreender o conceito de jogos de racionalidade.

Se quisermos ver a argumentação como um espaço de liberdade, o seu ensino deverá ser também libertador de monismos e de vias únicas de pensamento. Ele deve ser estimulado rumo a saber lidar com o plural das razões, com o alternativo e com a conjugação da ideia do possível com a ideia do preferível. É importante perceber que a filosofia subjacente à argumentação é o perspectivismo e, para este, a única perspectiva inaceitável é aquela que pretende ser única. Este modo de enquadrar a atividade argumentativa é não só relevante do ponto de vista da sociabilidade e da coexistência como, também, do prisma da abertura e agilidade mentais propulsionados por um questionamento crítico.

Respondendo de uma forma mais concreta à pergunta, penso que a melhor maneira dos argumentadores adquirirem consciência do processo de tematização é o de remontarem da resposta, em cuja elaboração estão focados, à questão a que essa resposta procura responder. Se acederem ao nível da questão, será certamente não só mais fácil pensarem e tomarem consciência de que a tematização equivale a seguir e a trilhar um caminho (com as associações, dissociações e enquadramentos que isso implica), como ponderarem a possibilidade de outros caminhos. Na realidade, a argumentação está sempre ligada a caminhos tomados e a caminhos não tomados pela forma como se tematizam os assuntos em questão. O tomar consciência desta perspetividade é mais facilmente acionada quando percebemos que caminhos foram tomados e que caminhos não foram tomados.

Termino com um exemplo concreto. Num debate televisivo em que se discutia a economia nacional, uma das participantes recorreu à analogia entre a gestão da casa de cada um e a gestão de um país. Perante esse caminho, a outra participante recusará explicitamente a analogia, considerando-a simplista, desapropriada e até mesmo

contraproducente, pois, mais que elucidativa, essa era uma analogia que mascarava as reais questões políticas para que a economia de um país remete. Ou seja, a segunda participante recusou o enquadramento – o caminho ou os termos em que a questão estava a ser colocada – que a primeira estava querendo fazer passar através do recurso à analogia da casa.

EID&A: O senhor propõe a necessidade de, no ensino da argumentação, tornar as pessoas argumentadoras *de facto*. Como executar essa atividade em sala de aula, para além das rotineiras proposições de debates?

Grácio: A prática de debates é útil do ponto de vista do ensino da argumentação se, após a sua realização, for objeto de reflexão e permitir aprender com os aspetos práticos do que se passou. Por exemplo, através dos debates podemos ver se as atitudes são competitivas ou cooperativas. Podemos também avaliar o modo como a interação se processou em termos do assunto em questão, dos contra-argumentos, das refutações, da oportunidade justa das intervenções, da importância da preparação prévia, das posturas que cada um apresentou, das eventuais dificuldades psicológicas em comunicar em contexto de oposição, da disciplina em manter o foco no assunto e levar a que os outros façam o mesmo, do modo como os enquadramentos são decisivos no rumo das interações e de toda uma outra série de aspectos que tornam a abordagem da argumentação mais englobante.

O problema é que a maior parte das vezes não há este olhar reflexivo após da realização do debate. A compreensão do que seja uma situação de argumentação, das suas possibilidades e constrangimentos, da importância do auditório, de formas de se adaptar ao contexto em que se está a comunicar, etc. são tudo aspectos importantes para uma melhor compreensão do lado performativo da argumentação. É claro que há uma relação entre teoria e prática e é por isso que devemos proceder à sua articulação da melhor maneira.

Do mesmo modo que podemos encarar a argumentação de um ponto de vista mais instrumental (nomeadamente através da atribuição de papéis argumentativos), também a podemos aproximar do viés existencial, seja enfatizando a importância de se definir perante os outros, de dizer quem se é e onde se quer estar, seja trazendo a primeiro plano a ligação da argumentação com o sentido de justiça.

De facto, tudo isso é fundamental no fomento da competência argumentativa, o que aliás mostra que os estudos da argumentação têm muito maior âmbito que o estudo dos argumentos e suas tipologias. Por exemplo, exercícios como imaginar o que poderia ser o argumentador ideal ou, então, a exploração da hipótese de uma natureza argumentativa do homem, podem ser bons caminhos para abrir horizontes aos alunos. Pode também ser curioso pedir aos alunos para representarem através de um desenho a ideia que tem do que seja argumentar. De facto, mais do que apropriarem-se de teorias, o importante é que eles próprios vão formando as suas ideias acerca da argumentação.

Em suma, penso que desenvolver a sensibilidade para as interações e aprender, refletindo sobre a prática (afinal, aprende-se argumentação argumentando), é algo que deveria ser um objetivo das estratégias dos professores em sala de aula.

EID&A: O senhor propõe a primazia do *argumentar* em detrimento da descrição e análise de textos e discursos argumentativos. Como estabelecer limites/gradação entre *argumentar*, *descrever* e *analisar*?

Grácio: Não proponho a primazia do argumentar em detrimento da descrição e da análise. O que proponho é que não se faça da descrição e da análise os *únicos* meios de acesso a uma atividade que tem inegavelmente uma dimensão performativa. Será que as qualidades do analista do discurso são as mesmas que fazem um bom argumentador em situações reais de argumentação? E, caso não haja essa coincidência, não será tempo de alargar os quadros teóricos e procurar aquilo que é relevante na avaliação das performances em situações de argumentação?

Quanto aos planos do descrever, analisar e argumentar, há em primeiro lugar que dizer que descrever é sempre selecionar. É por isso que as descrições teóricas estão sempre ligadas a conceitos e a definições estabelecidos previamente e que tanto definem as lentes através das quais olhamos, como isolam – transformando em objeto – os fenômenos que pretendemos abordar. As análises, pelo seu lado, pressupõem não só a circunscrição do que se quer analisar (ou seja, um plano descritivo) como, ainda, assentam em preceitos metodológicos também previamente estabelecidos a aplicar ao que é descrito. Ora esta visão é solidária de uma tradição analítica da qual a retórica, justamente, sempre se afastou.

Não é o ideal de clareza e distinção que herdamos de Descartes aquele pelo qual se pauta a retórica argumentativa. Lembremo-nos que, depois de Aristóteles referir a retórica como um domínio incerto (que admite margem de erro), como algo que não possui uma metodologia própria e na qual a compreensão dos assuntos é realizada “*grosso modo*”, ou seja, nos seus traços essenciais, ele conclui dizendo que “parece um erro equivalente aceitar conclusões aproximadas a um matemático e exigir demonstrações a um orador”. (ARISTÓTELES, 2009, 1094b).

Também Perelman não deixou de assinalar a importância das noções vagas e confusas e o seu papel na retórica, e, Jean-Blaise Grize, nas suas investigações sobre a argumentação enquanto lógica natural, colocou a seguinte questão “como é que o pensamento funciona quando não matematiza?”. Ou seja, a retórica tem uma dimensão refratária ao modelo analítico porque é atravessada pela contingência do circunstancial e nela não se trata de generalizar, mas de descobrir aquilo que é a apropriado ao caso particular. Foi aliás nesse sentido que Thomas Conley, referiu que, para compreender retórica, talvez possamos ter de descartar toda a tradição que

Remonta aos *Analíticos* de Aristóteles e que foi revista por Descartes, radicalizada por Russell e inculcada na cabeça de todos nós. Essa tradição valoriza as reescritas sobre o discurso original, o latente sobre o manifesto e clama por rigor e elegância matemática acima de tudo. Talvez haja momentos e lugares onde tais coisas são importantes. Mas as pessoas que adoptam uma tal visão quando se trata de inventar, analisar e julgar argumentos, simplesmente não captam, na minha opinião, a coisa. (2003, p. 274).

É por esta razão que tenho vindo a enfatizar a componente performativo do argumentar, com tudo o que os seus efeitos têm de específico em termos de sentido de oportunidade

e da importância do momento. E faço-se pensando nos limites da analiticidade e resistindo a que se reduza o plano da experiência humana ao retalho analítico a *posteriori*.

Notou Willard – numa passagem que importa citar – que as argumentações são resistentes a serem congeladas:

A perspectiva da argumentação como interação implica ver os argumentos como cenas que se desdobram no tempo. As conversações não são quadros fixos, aprisionados no tempo, esperando pacientemente as conveniências do analista. Os argumentadores não são manequins, congelados numa posição. Nem são, para mudar de metáfora, atores de palco presos às linhas do guião, condenados ao enredo do autor. Todas estas metáforas estão a milhas da nossa teoria, a qual encara os argumentadores como participantes criativos a atuarem em concerto, moldando e alterando criativamente acontecimentos através da interpretação das suas opções e da adaptação estratégica às expectativas e ações dos outros. (1989, p. 67).

Existe assim uma interdependência discursiva que apenas se atualiza no desdobrar da interação argumentativa e que é irreduzível às análises paradas no tempo e subtraídas à dinâmica viva da situação. É conhecida a célebre advertência de Magritte na sua obra *A traição das imagens*: “*Ceci n’est pas une pipe*”.

EID&A: Que autores/autoras são a principal fonte de inspiração para o seu trabalho e reflexões?

Grácio: A minha porta de entrada nos estudos da argumentação foi feita através das obras de Chaïm Perelman. O enquadramento filosófico que deu ao estudo da argumentação foi algo que nunca mais perdi de vista. Por outro lado, a sua obra é rica em intuições e direções que nunca deixei de procurar aprofundar.

Mas, tal como Perelman cruzou o oceano e se encontrou com a tradição norte-americana, onde aliás foi muito bem recebido, também eu fiz essa viagem e, para além dos trabalhos de Henry Johnstone Jr., Wayne Brockriede e James Crosswhite, cruzei-me com um autor que me fez rever a forma de pensar a argumentação, até então muito ligada à persuasão enquanto forma de coexistência humana: Charles Arthur Willard. É um autor que não vejo muito referido, mas que a mim me colocou na direção da argumentação na interação. O seu pensamento alimenta-se de uma bagagem filosófica consistente e a sua forma confrontacional de teorizar – analisando de perto aqueles que critica e propondo alternativas de teorização – foi um verdadeiro ponto de mudança. Para além do mais, isso permitiu-me ter acesso a uma série de teorizadores norte-americanos – entre os quais devo referir Jean Goodwin – que muito me ajudaram a estabelecer uma ponte entre duas tradições bastante diferentes.

Christian Plantin – que arguiu a minha tese de doutoramento – foi também outro investigador que me permitiu continuar uma aproximação abrangente dos estudos da argumentação, para lá das querelas entre escolas e perspectiva. Considero que o seu esforço em colocar alguma ordem conceptual nos estudos da argumentação – que teve como corolário o seu magnífico *Dicionário de Argumentação* – teve muita importância

na forma dialogada com que teorizo a argumentação e forneceu-me intuições e conceitos que retomei muito frutiferamente.

Não posso deixar de referir, para finalizar, dois autores – alunos de Perelman – que continuaram de forma produtiva e inovadora o seu legado: Marc Angenot e Michel Meyer. Nos cinquenta anos da publicação do *Tratado da Argumentação*, publicaram duas magníficas obras, respetivamente, *Dialogues de sourds. Traité de rhétorique antilogique* e *Principia Rhetorica: Une théorie générale de l'argumentation*. Diria que o primeiro é um tratado avançado de retórica que sabe continuar e questionar toda uma tradição retórica e trazer-lhe novas perspectivas com o olhar lúcido de quem conhece a contemporaneidade. O segundo, elaborado pelo criador da *problematologia*, apresenta de uma forma depurada todo o seu trabalho no sentido conferir uma base filosófica e uma visão unificada da argumentação e da retórica, como aliás está expresso no subtítulo da obra: uma teoria geral da argumentação. Ambos são teorizares de peso nos meus processos de aprendizagem, reflexão e opções de teorização.

Referências

ARISTÓTELES. **Ética a Nicómaco**. Lisboa: Quetzal, 2009.

CONLEY, Thomas. What jokes can tell us about arguments. In: JOST, Walter; OLMSTED, Wendy (eds.). **A Companion to Rhetoric and Rhetorical Criticism**. Blackwell Publishing, 2003.

GILBERT, Michael A. **Coalescent Argumentation**. New Jersey: Laurence Erlbaum Associate Publishers, 1997.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Filosofia da argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2019.

GRÁCIO, Rui Alexandre. **Para onde vais, racionalidade argumentativa?** Coimbra: Grácio Editor, 2020.

GRIZE, Jean Blaise. **Logique et langage**. Paris: Ophrys, 1997.

WILLARD, Charles Arthur. **A theory of argumentation**. Tuscaloosa/London: The University of Alabama Press, 1989.

Como citar:

GRÁCIO, Rui Alexandre. *Ceci n'est pas une pipe: A dimensão performativa da argumentação*. Entrevista concedida a Rubens Damasceno-Morais. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, v. 21, n. 2, p. 205-218, 2021.